

# OPINIÃO SOCIALISTA



Nº674

7 a 20 de  
junho de 2024

Ano 27

R\$2

(11) 9.4101-1917

opiniaosocialista

www.opiniaosocialista.com.br

@opsocialista

Portal do PSTU

@opiniaosocialista



## RECONSTRUÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNOS PRIVILEGIAM BILIONÁRIOS CAPITALISTAS

**POR UM PROGRAMA  
DOS TRABALHADORES,  
AUTO-ORGANIZAÇÃO E  
MOBILIZAÇÃO POPULAR.**

**Páginas 7 a 10**

Bairro Farrapos, em Porto Alegre (RS)

**ANOS**  
1994 - 2024



**30 ANOS A SERVIÇO DA REVOLUÇÃO POR UM FUTURO COMUNISTA**



**Páginas 12 a 15**



## CHARGE



## LUTO

## Nora, pra sempre presente!

Faleceu, nesta quinta-feira, 30 de maio, Nora Cortiñas, uma das fundadoras das “Mães da Praça de Maio” e símbolo da luta por justiça e pelos Direitos Humanos. Nora perdeu seu filho, assassinado pela ditadura juntamente com outras 30 mil vítimas que o atual governo argentino e a extrema direita tentam jogar no esquecimento. Ela foi uma heroína para aqueles que viveram os horrores da ditadura argentina. Teve a força e a dignidade de se manter independente, lutando contra todos os governos, ciente de que todos eles, de uma forma ou de outra, mantiveram a impunidade. Nora sempre apoiou os perseguidos pelo Estado e não teve dúvidas em apoiar a luta, em 2008, pela liberdade dos “presos de Caleta Olivia”. Também apoiou o fim da per-



Nora Cortiñas morre aos 94 anos na argentina

seguição a Sebastián Romero, a quem não conhecia, e visitou Daniel Ruiz na prisão. Nunca esqueceremos isso, assim como todo o apoio dado a todas lutas justas da classe

trabalhadora e do povo que se desenvolveram no país. E não só na Argentina, já que causas como a da Palestina também a tiveram como protagonista. Nora, para sempre presente!

## FALOU BESTEIRA

“Isso também traz grandes investimentos estrangeiros e também de dentro do Brasil para que grandes empreendimentos sejam realizados em toda a orla”



Flávio Bolsonaro, sobre a PEC da privatização das Praias

## LIBERANDO O EUCALIPTO

## Fazendo o jogo do agro

Contrariando recomendações do Ministério Público Federal e de organizações da sociedade civil, o presidente Lula sancionou a lei que exclui a silvicultura (plantio de florestas com o objetivo de extração de matérias-primas) do rol de atividades potencialmente poluidoras, liberando-a do licenciamento ambiental. A medida foi aprovada no dia 9 de maio, pelo Congresso Nacional, após grande pressão da Bancada Ruralista. O projeto, agora sancionado por Lula, muda a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81),



retirando o plantio de monoculturas para extração de celulose, como pinus e eucalipto, da lista de atividades potencialmente poluidoras. Mas, a silvicultura, especialmente em larga escala, possui um po-

tencial poluidor significativo. Permitir essa atividade, sem licenciamento ambiental, é um convite à ampliação da degradação ambiental e à extinção de espécies. Entre os impactos ambientais, estão a contaminação de corpos d'água pela utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes, a fragmentação de habitats, a redução da biodiversidade, a possível desapropriação de comunidades tradicionais para plantio de monoculturas e, também, a redução da água, principalmente devido ao cultivo de eucalipto.



## Expediente

**Opinião Socialista** é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

**JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555)

**REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

**DIAGRAMAÇÃO** Luciano Lasp

**IMPRESSÃO** Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

**WhatsApp**

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

**(11) 9.4101-1917**

✉ [opinioao@pstu.org.br](mailto:opinioao@pstu.org.br)

🏠 Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000





# 30 anos na luta pelo socialismo e a revolução

**E**nquanto fechávamos esta edição, estudantes e trabalhadores do Paraná ocupavam a Assembleia Legislativa, contra a privatização das escolas, sofrendo forte repressão da Polícia Militar. Vários manifestantes foram detidos, dentre eles um militante do PSTU. No Rio Grande do Sul, a população vive um importante processo de auto-organização perante o descalço dos governos diante da maior catástrofe climática que já atingiu o país e começam a pipocar algumas manifestações.

Já os servidores federais, com o setor da Educação à frente, enfrentavam-se numa forte greve contra o reajuste zero do governo Lula, reflexo do Arca-bouço Fiscal e sua política de austeridade, em prol dos banqueiros e dos bilionários.

No início do ano, estudantes da USP cruzaram os braços contra a falta de professores, e, mais recentemente, realizaram uma ocupação, denunciando e exigindo a ruptura de todos os laços e convênios com o Estado genocida de Israel. As manifestações em defesa do povo palestino, aliás, continuam pelo mundo e também aqui no país, como em São Paulo, onde mais de 3 mil manifestantes foram às ruas, no último dia 26 de maio.

No ano passado, a capital paulista parou contra a privatização do Metrô e da companhia de água e saneamento, a Sabesp, pelo governo de ultradireita de Tarcísio. Em São José dos Campos, operários da GM realizaram uma greve de 17 dias, que derrotou a política de demissão em massa da multinacional, enquanto que, em Jacareí, na mesma região do Vale do Paraíba, operários da Avibrás seguiam em greve por salários e contra a desnacionalização de uma das únicas empresas de tecnologia que ainda restam no país.

## A BANDEIRA DO PSTU SE ERGUE NAS LUTAS CONTRA A BARBÁRIE CAPITALISTA

O que tem estes eventos,

aparentemente, tão diferentes, têm em comum?

Primeiro, mostram os efeitos da barbárie capitalista, cuja maior expressão, hoje, é o que a população do Rio Grande do Sul, sobretudo o povo mais pobre, está vivendo, vítima direta do grande agronegócio e das grandes empresas e multinacionais, que poluem e desmatam, e dos governos que não investem em políticas mínimas de prevenção.

Essas lutas mostram, ainda, que a classe trabalhadora não permanece inerte diante de uma política neoliberal, levada a cabo pelas três esferas dos governos, que só beneficia banqueiros e os super ricos, enquanto o país é entregue às multinacionais e ao capital financeiro internacional.

Mas, se você atento leitor, reparar bem, há um elemento comum nessas lutas: em todas elas você verá a militância e as bandeiras vermelhas do PSTU tremulando, sempre ao lado da classe trabalhadora, dos operários, do povo pobre, da comunidade e ativistas, em defesa da Palestina ou dos estudantes. E se você for, além de atento, curioso, e pesquisar os jornais de 30 anos atrás, vai notar essas mesmas bandeiras nas manifestações contra as privatizações, por reforma agrária, ou mesmo no início do que viria a se tornar a Parada do Orgulho LGBTI+.

## UMA HISTÓRIA QUE VEM DE ANTES

O Congresso de Fundação do PSTU, que ocorreu entre 3 e 5 de junho de 1994, em São Paulo, foi um marco em nossa história. Mas essa trajetória vem desde muito antes.

A principal corrente que constituiu o partido, a Convergência Socialista (CS), expulsa do PT por defender o “Fora Collor”, num momento em que a direção deste partido era contra, havia sido fundado em 1978 e teve protagonismo na formação do próprio PT. Mas a própria Convergência não havia começado ali, tendo sua ori-

gem na Liga Operária, uma pequena organização oriunda de um grupo de ex-exilados da ditadura, ligados à corrente fundada por Nahuel Moreno.

Se puxarmos esse fio da História, vamos chegar à corrente trotsquista que combateu, de forma heroica, o stalinismo e a degeneração do Estado soviético, garantindo a continuidade de uma tradição revolucionária, e, junto dela, a perspectiva de um horizonte socialista para a humanidade. Retroagindo ainda mais, chegamos ao Partido Bolchevique de Lênin, que mostrou ser possível que os trabalhadores tomem o poder, destruam o Estado capitalista, substituindo-o por um Estado de outro tipo, dirigido e controlado pela classe trabalhadora.

Como você pode ver, caro leitor, essa história é longa e não cabe numa única edição do “Opinião Socialista”. Por isso, iniciamos, neste número, um especial sobre os 30 anos do PSTU, que vai percorrer desde as suas origens até os dias de hoje.

Será uma série de artigos, que se inicia mostrando a atualidade da revolução socialista e o início dessa história de três décadas. Você também poderá ver, nas redes sociais, mais um pouco dessa trajetória, que não é formada apenas por datas e marcos, mas por pessoas reais, de carne e osso, que deram e dão as suas vidas por um futuro socialista.

## FAÇA PARTE DESSA HISTÓRIA

O PSTU atravessou conjunturas diversas, da avalanche neoliberal do governo FHC aos governos de conciliação de Lula e Dilma, e toda a “onda rosa” que perpassou a América Lati-



na, até o retorno da direita tradicional ao poder, com Temer, e a extrema direita bolsonarista.

Entre erros e acertos, o partido manteve algo que não tem paralelo na esquerda: a coerência de permanecer, de forma incondicional, ao lado da classe trabalhadora, sem capitular a nenhum governo ou se deixar levar pelo canto de sereia do aparato do Estado, na luta pela revolução socialista.

Num momento em que a barbárie capitalista se mostra de forma tão cruel, como na crise climática, que coloca em xeque o próprio futuro da humanidade, ou na precarização cada vez maior da classe trabalhadora, a falta de perspectiva para a juventude, o genocídio da juventude negra, a opressão às mulheres e LGBTI+, o geno-

cídio indígena, e tudo isso para que 0,001% de super ricos possam acumular metade das riquezas, o socialismo se mostra mais do que possível. É uma necessidade urgente, para ontem.

Fazemos um convite a você, que pulsa de indignação diante de um sistema que só tem a nos oferecer a miséria e a fome. Venha conhecer um pouco da nossa história e de nossas ideias. Aqui, você não vai encontrar cargos ou privilégios, mas um conjunto de pessoas, com um programa, para mudar de vez esse sistema e lutar para que todos e todas possam viver de forma plena, sem exploração ou opressão, e da forma mais plena que a vida nos permite.

LEIA NO SITE:  
[HTTPS://BIT.LY/4ATOVNL](https://bit.ly/4atovnl)

PARANÁ

# Ratinho Júnior usa a violência policial para aprovar privatização de escolas

**ROBERTO AGUIAR, DA REDAÇÃO**

O governador Ratinho Júnior (PSD) quer entregar 200 escolas da rede estadual para a iniciativa privada através do projeto “Parceiros da Escola”, que tramitou em regime de urgência na Assembleia Legislativa. Protocolado no dia 27 de maio, o projeto foi à votação em 3 de junho, de forma virtual, após os professores, em greve, ocuparem a “Casa do Povo”.

**“O QUE ACONTECEU NO PARANÁ FOI MAIS UM ESPETÁCULO DE BRUTALIDADE E INTOLERÂNCIA”**

ZÉ MARIA, presidente do PSTU

A resposta do governador foi a violência policial, com agressão dos manifestantes, uso de bombas de gás lacrimogênio e a prisão de dois trabalhadores: a professora Ronaine Hegele, da cidade de Cascavel, e o servidor Pedro Lanna, militante do PSTU. Os dois foram libertados, mas apenas na noite do dia seguinte.

Mesmo com a aprovação do projeto em primeiro turno (39 votos favoráveis e 13, contra), a greve continua, combinada com a campanha pela libertação imediata dos presos políticos.

“O que aconteceu no Paraná foi mais um espetáculo de brutalidade e intolerância praticado pela segurança da Assembleia Legislativa e pela Polícia Militar, a mando do governador Ratinho Júnior, contra os trabalhadores da Educação e estudantes que se manifestavam pacificamente contra a privatização das escolas paranaenses”, ressalta Zé Maria, presidente nacional do PSTU.

“É uma luta justa, em defesa do futuro da juventude e de toda a população do Paraná. Emitimos nosso total apoio à luta dos trabalhadores da Educação do Paraná, repudiamos o projeto privatista de Ratinho Júnior e a violência policial por ele praticada”, concluiu Zé Maria.

**NEOLIBERALISMO**

## Projeto ‘Parceiros da Escola’ é cópia dos Estados Unidos



Manifestação de estudantes e professores contra a privatização das escolas, realizada no último dia 31

O projeto que Ratinho Júnior quer aplicar no Paraná é o modelo de Educação defendido pela direita reacionária em todo o mundo. É uma reforma empresarial da Educação, que transforma um direito básico em mercadoria e em fonte de lucro para empresários, desestruturando a luta dos trabalha-

dores e trabalhadoras e precarizando a força de trabalho.

Esse projeto foi implementado na cidade de Nova Orleans, nos Estados Unidos, após o Furacão Katrina destruir fisicamente grande parte do sistema escolar público, em 2005.

Lá, as escolas passaram a ser administradas por organi-

zações de gestão privadas, o que resultou na demissão de sete mil professores e funcionários experientes, que foram substituídos por professores inexperientes, fornecidos pela “Teach for America”, uma organização privada.

Os danos causados pelo projeto privatista foram regis-

trados em um relatório do instituto “Pelican Policy”, que fez um estudo comparado das escolas públicas do estado da Louisiana, onde Nova Orleans está localizada.

As conclusões do relatório revelam que a abordagem empresarial, apresentada como o remédio para melhorar a Educação nas escolas públicas de Nova Orleans, não deu certo. Em matérias-chave, como Matemática e Leitura, Nova Orleans teve um desempenho pífio, com dados piores do que antes da passagem do furacão.

E é esse projeto que Ratinho Júnior quer aplicar no Paraná, assim como também almeja Tarcísio de Freitas (Republicanos), em São Paulo, e Romeu Zema (Novo), em Minas Gerais. Caso seja implementado, terá início o fim da escola pública brasileira.

**ADEUS, ESCOLA PÚBLICA!**

## Os ataques do projeto ‘Parceiros da Escola’

Veja alguns dos ataques à Educação Pública contidos no projeto



**VERBAS PÚBLICAS PARA AS EMPRESAS**

A principal função é repassar a verba que seria direcionada às escolas públicas para uma empresa, que decide como gastar esse dinheiro. As empresas não investirão recursos próprios na parceria. Irão pegar o dinheiro público, investir uma parte nas escolas e outra parte ficará retida como lucro. As empresas irão gerir o caixa das escolas.



**CONTRATOS SEM TRANSPARÊNCIA**

Hoje, todos os gastos das escolas públicas estão disponíveis no Portal da Transparência. As empresas privadas não estarão sujeitas às mesmas exigências de

transparência e, assim, a população ficará sem saber como está sendo gasto o dinheiro público. A falta de transparência favorece a corrupção.



**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO**

Atualmente, o governador Ratinho contrata os trabalhadores da Educação pelo chamado Processo Seletivo Simplificado (PSS), que é cheio de problemas. O correto seria realizar concursos públicos e garantir os direitos dos trabalhadores, já que os professores PSS não têm estabilidade e precisam, anualmente, participar novamente de um processo seletivo para seguir dando aulas, permanecendo sempre no começo da carrei-

ra e recebendo o piso salarial básico. O projeto “Parceiros da Escola” propõe um contrato via Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ainda pior, no qual os professores podem ser demitidos a qualquer momento e sem direito a representação pelo sindicato da categoria (APP – Sindicato). Quanto aos salários, não garante o pagamento do Piso Nacional do Magistério. O objetivo é pagar o mínimo possível, e com descontos, como já acontece com os funcionários terceirizados.



**FIM DA HORA-ATIVIDADE**

Hoje, os professores e professoras têm a garantia da hora-atividade, um período reservado para ativi-

dades fora da sala de aula, que permite aos docentes prepararem suas aulas, corrigirem trabalhos e realizarem outras ações pedagógicas. Com a empresa “parceira”, para reduzir custos, a hora-atividade será extinta, mas os professores continuariam sendo cobrados em relação às “metas produtivas” em sala de aula, mesmo sem tempo livre para preparar as aulas.

Esse projeto precisa ser derrotado, caso contrário será implementado em todo o Brasil. O Paraná é o laboratório. É nosso dever apoiar a luta dos trabalhadores da Educação do Paraná e unificá-la com as lutas dos demais estados em defesa da Educação Pública, gratuita e de qualidade.



**DIGA NÃO!**

# PEC quer privatizar praias brasileiras

**JEFERSON CHOMA,  
DA REDAÇÃO**

**S**im, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 03/2022 quer abrir as portas para a privatização das praias brasileiras. A PEC, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados, agora se encontra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e tem como relator ninguém mais, ninguém menos que Flávio Bolsonaro (PL). Nos últimos dias, a polêmica em torno da PEC gerou troca de farpas até entre o jogador Neymar e a atriz Luana Piovani.

A emenda quer modificar artigos da Constituição Federal que dispõem sobre áreas da União no litoral. Pela Constituição, essas áreas são terrenos de Marinha e correspondem a faixas na costa marítima que foram definidas com base a uma linha imaginária da maré alta, do ano de 1831. Ela se estende por 33 metros em direção à terra firme. Ou seja, esses terrenos não abrangem a praia, mas sua privatização limitaria o acesso dos banhistas.

## UM BAÚ DE TESOUROS PARA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Hoje, quem ocupa esses terrenos podem ocupá-las e até passar para seus herdeiros ou terceiros, mas precisam pagar um tributo específico à União.

Os bolsonaristas e defensores do projeto afirmam que apenas querem acabar com esse tributo. Mas, isto é mentira. Se fosse assim, bastaria uma simples lei para acabar com a taxa. Na verdade, eles estão de olho nessas áreas públicas, para privatizá-las. O objetivo é colocá-las à disposição de mega empreendimentos imobiliários. E o baú do tesouro é muito grande. Segundo levantamento da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), atualmente existem 521 mil propriedades cadastradas em áreas de Marinha.

## ARMADILHAS PARA PRIVATIZAR PRAIAS

A PEC prevê que a União fará a “cessão onerosa” dessas áreas. Ou seja, seus ocupantes serão obrigados a com-

prar o terreno. Em outras palavras, os lotes deixariam de ser da União e teriam apenas um dono, como um hotel ou resort.

Esses agentes devem estar inscritos “no órgão de gestão do patrimônio da União” até a data de publicação do texto e o projeto abre uma margem enorme para fraudes e grilagens de terras. Comunidades inteiras que ocupam esses terrenos podem ser expropriadas através fraudes cartoriais, corrupção de funcionários públicos e ações da justiça e da polícia em prol de empresários, dos projetos de ocupação e dos especuladores imobiliários.

## O PROJETO REPRESENTA UMA GRAVE AMEAÇA AMBIENTAL ÀS PRAIAS, ILHAS, MARGENS DE RIOS, LAGOAS E MANGUES E UM AVAL PARA A INDÚSTRIA IMOBILIÁRIA DEGRADAR, ALÉM DE EXPULSAR COMUNIDADES TRADICIONAIS DE SEUS TERRITÓRIOS

O projeto também quer transferir para os estados e municípios as áreas que são usadas por eles ou mesmo as áreas não ocupadas, que podem ser requeridas para a expansão do perímetro urbano, mediante modificações dos planos diretores, que são aprovados pelas Câmaras Municipais.

Traduzindo: terrenos da União passarão para os municípios e ficarão à mercê da atuação do fortíssimo lobby imobiliário, que sempre interfere nos planos diretores dos municípios, corrompendo prefeitos e vereadores, e, desse modo, poderá abocanhá-los para fins de especulação imobiliária, construção de condomínios e resorts turísticos.

## “NOVA CANCÚN” AMEAÇA MEIO AMBIENTE

Mesmo os terrenos passados para a propriedade dos estados poderão enfrentar essa mesma situação. Não por acaso, a PEC avaliada pelo Senado é chamada de “PEC Nova Cancún”, em referência ao modelo absolutamente predatório de



LEIA NO SITE:  
[HTTPS://BIT.LY/4E9KL1M](https://bit.ly/4E9KL1M)

Terrenos da União também passariam para os municípios e ficariam à mercê da atuação do lobby imobiliário, que sempre interfere nos planos diretores dos municípios, corrompendo prefeitos e vereadores

turismo da cidade de Cancún, no México, conhecida por ter resorts com praias paradisíacas, mas particulares. “Me ajudem a fazer da Baía de Angra uma Cancún brasileira. Só que eu tenho que derrubar um decreto, acreditem, é por lei”, defendeu Jair Bolsonaro, então presidente do país, em 27 de julho de 2019.

Ambientalistas também apontam que o texto dá margem para a criação de praias privadas, além de promover riscos para a biodiversidade. Uma nota técnica do Grupo de Trabalho para Uso e Conservação Marinha, da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional, afirma que a proposta, que parece ser um simples ato administrativo para desonerar o uso destas áreas, representa uma “grave ameaça ambiental às praias, ilhas, margens de rios, lagoas e mangues brasileiros e um aval para a indústria imobiliária degradar, além de expulsar comunidades tradicionais de seus territórios”.

## PONTA DO ICEBERG

# PEC é parte do “Pacote da Destruição”

A PEC é mais um projeto do “Pacote da Destruição” que está na pauta do Congresso Nacional. Estamos falando de 24 projetos de lei e três emendas à Constituição que tramitam no Congresso brasileiro, com alta probabilidade de avanço imediato, e que afetam direitos consagrados em temas como licenciamento ambiental, grilagem, direitos indígenas e financiamento da política ambiental.

Há, ainda, outros projetos que flexibilizam o Código Florestal, as legislações sobre recursos hídricos, mineração em Unidades de Conservação, oceano e zonas

costeiras, sendo que alguns podem ser aprovados a qualquer momento.

Todo esse conjunto de medidas é defendido pela Bancada Ruralista e só pode ser detido pela mobilização direta dos trabalhadores e das comunidades ameaçadas. A Bancada Ruralista, o agromercado e os grandes capitalistas não diminuíram seu apetite, mesmo depois da catástrofe climática que o Rio Grande do Sul sofre. Vão continuar sua cruzada para destruir o meio ambiente, mesmo que isso represente uma ameaça para a maioria da humanidade.



PARADA DO ORGULHO LGBTI+ DE SÃO PAULO

# Bloco independente ergueu, lado a lado, as bandeiras do arco-íris e da Palestina



Bloco Independente na 28ª Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo

**WILSON HONÓRIO DA SILVA, PELA SECRETARIA NACIONAL LGBTI+ DO PSTU**

A 28ª Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo tomou as ruas da cidade no domingo, 2 de junho, repetindo um modelo que, lamentavelmente, se consolidou no início dos anos 2000, quando a auto-organização por ativistas e movimentos LGBTI+ foi substituída por um esquema institucional e mercadológico, totalmente contrário à radicalidade e combatividade da luta que deu origem às paradas: a “Revolta de Stonewall”, ocorrida em Nova York (EUA), em 28 de junho de 1969.

Exatamente por discordarmos desta perspectiva, mas reconhecermos sua importân-

cia para aqueles e aquelas que sofrem com a discriminação e a violência que afetam a vida de milhões no país que, há 15 anos, registra o maior número de assassinatos contra LGBTI+ em todo o mundo, estivemos na Parada, com o objetivo de resgatar seu papel político, rebelde e contestatório.

Mais uma vez, nossa participação se deu através de um “Bloco Independente de patrões e governos”, que, este ano, teve como tema “No Brasil e na Palestina as LGBTI+ querem viver: não ao genocídio e ao ‘pinkwashing’” (leia abaixo) e contou com a participação do PCB-RR, do Coletivo LGBT Comunista, do Movimento Esquerda Socialista (MES/PSOL), do Revolução Socialista/PSOL, da Frente Palestina, do “Vozes Judaicas”, do movimento “Vida

Além do Trabalho” (VAT), do “Prevenção para todxs”, da Brasilândia, do Coletivo Rebeldia, além de ativistas LGBTI+ independentes e de movimentos sindicais e populares filiados à CSP-Conlutas.

## LONGE DE STONEWALL, DE BRAÇOS DADOS COM EMPRESÁRIOS E GOVERNOS

Há anos, a Parada de São Paulo deu as costas para a simbologia do “28 de junho” e da revolta que incendiou as ruas de Nova York. Tudo isto para se adequar a um feriado, simplesmente para satisfazer os interesses da rede hoteleira e das empresas que lucram com a vinda de milhares e milhares de LGBTI+ para São Paulo.

Assim, mais uma vez, a Parada foi um desfile de marcas e empresas que se apre-

sentam como “amigas” da comunidade para promoverem seus produtos e, obviamente, lucrarem ainda mais com o chamado “pink money”.

Trios elétricos foram organizados por empresas, enquanto os oradores e oradoras, além de “celebridades”, incluíram representantes da Prefeitura e dos governos estadual (ambos descaradamente bolsonaristas) e federal.

## DESVIAR AS LUTAS PARA O CAMPO ELEITORAL

O tema deste ano foi: “Basta de negligência e retrocesso legislativo: vote consciente por direitos da população LGBTI+”. Um slogan que, em primeiro lugar, é uma evidente tentativa de desviar as lutas LGBTI+ para o campo eleitoral, semeando a ilusão de que

será através da eleição de mais LGBTI+, sem que isso signifique qualquer questionamento à ordem capitalista, que poderemos garantir os direitos pelos quais há tanto lutamos.

Além disso, tenta jogar uma cortina de fumaça sobre as responsabilidades dos chamados “governos da esquerda” em relação à continuidade e aumento da violência LGBTIfóbica, registrados em todos os mandatos do PT, exatamente em função de sua perspectiva de conciliação de classes e alianças com os mais diversos setores da burguesia. Práticas que o incapacitam não só de deter a ultradireita, como acabam resultando em medidas reacionárias, como a imposição do “nome morto” das pessoas trans nas novas carteiras de identidade.

## UMA LUTA DE TODOS OS OPRIMIDOS

# Uma Intifada LGBTI+ para denunciar o “pinkwashing” e o genocídio

Reunindo cerca de 100 pessoas, o Bloco garantiu uma bela e combativa intervenção, lembrando que não há como combater qualquer forma de opressão sem se voltar contra o sistema que a promove e dela se beneficia.

Barbaridades e crimes que que vitimam toda a classe trabalhadora, mas afetam de forma mais direta e contundente

aqueles e aquelas que são historicamente marginalizados. E, por isso mesmo, neste momento, têm como símbolo máximo o genocídio em curso na Palestina, promovido pelo Estado racista de Israel.

Um Estado que há muito tenta encobrir seus crimes se utilizando de táticas como o “pinkwashing”, a propaganda sistemática de que Israel

seria a “única democracia do Oriente” e um suposto paraíso para LGBTI+, em contraposição à Palestina, apresentada como uma sociedade retrógrada, conservadora e irremediavelmente LGBTIfóbica.

Uma farsa que não corresponde à realidade. Nem de Israel nem da Palestina. Pelo contrário. Hoje, a maior ameaça para a vida das LGBTI+

palestinas é o Estado de Israel e sua brutal tentativa de impor a “paz dos cemitérios” em Gaza e na Cisjordânia.

Diante, disto, levar a luta palestina para a Parada não foi apenas um gesto de solidariedade, mas também nossa forma de dizer que a luta deles e delas também é nossa.

É a luta contra todos aqueles que promovem a discrimi-

nação, o preconceito, a limpeza étnica, o racismo etc., que, inclusive, aqui no Brasil e mundo afora, se utilizam de treinamento e tecnologia sionistas para promover a repressão e o genocídio de populações indígenas, negras e periféricas. E, por isso, a exigência de que Lula rompa imediatamente suas relações políticas, econômicas e militares com Israel.

LEIA NO SITE:  
[HTTPS://BIT.LY/3YR3QWK](https://bit.ly/3YR3QWK)

PARA RECONSTRUIR E PARA QUE NÃO SE REPITA

# É preciso lutar contra os interesses capitalistas



DA REDAÇÃO

Faz mais de um mês que o Rio Grande do Sul foi assolado pelas enchentes que destruíram o estado. Uma tragédia mais do que anunciada, cuja responsabilidade é de todos os governos – estadual, municipais e federal.

Foram décadas de neoliberalismo, privatizações, austeridade fiscal, pagamento da dívida fraudulenta do estado, isenções, leis e benefícios fiscais em prol dos bilionários capitalistas. Todo um esforço que levou os serviços públicos ao estrangulamento, inclusive aqueles necessários para a prevenção de enchentes e de desastres naturais, somados à aniquilação de leis de proteção ao meio ambiente, em benefício da grande agricultura capitalista.

Uma tragédia social que se encontrou com uma catástrofe climática: o aquecimento global, provocado pelo capitalismo, que torna eventos climáticos extremos (como grandes enchentes) mais intensos e mais frequentes.

## VIVENDO EM MEIO AO CAOS E À INCERTEZA

Além de 172 mortos há ainda 45 mil pessoas morando em abrigos e um total de 626 mil pessoas fora de casa, abrigadas nas casas de familiares e amigos.

A rede solidária de voluntários que tomou conta do estado está sendo desmobilizada e, nas últimas semanas, muitos abrigos que recebiam pessoas desalojadas por causa das enchentes fecharam sob a ordem da Prefeitura de Porto Alegre. A pressão dos patrões para que os trabalhadores voltem ao trabalho, mesmo diante de todo caos, também diminuiu ação de voluntários.

Na região metropolitana e também na Zona Norte de Porto Alegre, ainda há ruas alagadas. Depois de muita pressão foram instaladas bombas de drenagem nos bairros populares. Montanhas de lixo e entulho seguem nas ruas, bueiros seguem entupidos. Ainda há muita lama por todos os lados. Por isso, qualquer mudança no tempo pode fazer com que

as águas avancem novamente.

Nada está normal. Falta água em muitas regiões. Mais de 60 mil residências, pontos de comércio e nas pequenas propriedades rurais permanecem sem luz o que impede que as pessoas possam limpar suas casas. É mais uma vez o agravamento do sofrimento pelos efeitos nefastos da privatização destes serviços.

Não há nenhuma política dos governos para auxiliar as famílias na retirada da lama das casas. Faltam produtos de higiene e inclusive equipamentos de segurança para se prevenir de mais casos de leptospirose. Os governos “de reconstrução” deixam esta tarefa exclusivamente nas mãos da solidariedade voluntária, que mais uma demonstra sua potência, realizando brigadas auto-organizadas para limpeza e higienização das casas.

## CRESCE A REVOLTA DIANTE DA NEGLIGÊNCIA DOS GOVERNANTES

A consternação deu espaço para a revolta. São frequentes protestos nas cidades gaúchas



Moradores de Canoas fazem protesto e atiram ovos na Câmara Municipal

afetadas pelos alagamentos. Em Canoas, moradores furiosos pela demora da Prefeitura em drenar a água dos bairros, jogaram ovos na fachada da Câmara Municipal. Em Porto Alegre, moradores dos bairros Vila Farrapos e Humaitá bloquearam uma rodovia muito importante, e retiravam água de suas casas com baldes porque a Prefeitura não instalava as bombas de drenagem.

Outro bairro da capital, o Sarandi, que concentra 26 mil casas atingidas, é o retrato do absoluto descaso dos governantes. Permaneceu alagado até o final de abril, depois que um

dique se rompeu. No último dia 29, cantando palavras de ordem como “Não foi tragédia, foi negligência, trabalhador também perde a paciência”, moradores fecharam um cruzamento para protestar contra a Prefeitura.

Enquanto o caos e o descalo ainda reinam, os governos anunciam medidas de “reconstrução” que, como veremos a seguir, mantêm a mesma lógica de produção e ocupação do território imposta pelo capitalismo e, sobretudo, beneficiam os mesmos grupos políticos e econômicos responsáveis pela catástrofe: os grandes capitalistas e proprietários de terras.

## MENTIRAS

# Setores oprimidos são alvo de fake news e violência

MARCELA AZEVEDO,  
DO CANAL LUTA MULHER

Logo após o início das enchentes, um verdadeiro exército de voluntários se levantou em diferentes frentes. Mulheres, homens, jovens, negras e negros, LGBTIs e outros setores sociais se colocaram a serviço do resgate nas áreas alagadas, na organização dos abrigos, nas cozinhas solidárias e na busca de doações.

Frente a essa realidade, a ultradireita preferiu fabricar fake news e seguir atacando os setores oprimidos, questionando uma suposta ausência

de pessoas LGBTIs e ativistas feministas nas ações de solidariedade.

Qualquer busca por imagens nas frentes de atuação desmonta essa calúnia. Por exemplo, a cozinha solidária, da qual o PSTU participa, na Zona Sul de Porto Alegre, é liderada por uma trabalhadora lésbica. E, assim como ela, nos bairros mais pobres e periféricos, foram os próprios vizinhos, portanto, também trabalhadores e setores oprimidos pobres, que iniciaram as ações de apoio.

Nessas imagens também é possível identificar que são as

mulheres e a população negra as principais vítimas das enchentes, pois são a maioria nos bairros periféricos.

Um estudo apontou que, em Porto Alegre, as áreas mais afetadas pela cheia são aquelas que reúnem mais pessoas de baixa renda, que ganham até um ou entre um e dois salários mínimos. Além disso, há uma proporção maior de pessoas negras dentre os atingidos, em comparação com a média do restante da cidade.

No entanto, lamentavelmente, ainda sobram evidências de que os setores oprimidos não só estão envolvidos

na catástrofe ambiental, como também estão vendo a opressão piorar nesse contexto.

Já foram registrados, por exemplo, episódios de abuso sexual de meninas e mulheres dentro dos abrigos; agressões físicas a pessoas trans nos espaços de acolhida; ocupação de terras indígenas, por órgãos institucionais; ou, ainda, o caso de um condomínio de luxo, em Pelotas, que desviou a drenagem de água, alagando a comunidade Passo dos Negros.

O capitalismo produz a crise climática, ao mesmo tempo que incentiva e aprofunda as

desigualdades de gênero, raça e diversidade, para explorar cada vez mais a classe trabalhadora.

Para frear a destruição, assim como para pôr fim ao machismo, ao racismo, à LGBTIfobia e toda forma de opressão, precisamos superar o capitalismo, fortalecendo as organizações “por baixo”, com independência dos governos e empresários, e buscando a construção de um projeto socialista de sociedade, na qual a prioridade seja o bem coletivo dos trabalhadores e trabalhadoras.

LEIA NO SITE:  
[HTTPS://BIT.LY/3X5W2PY](https://bit.ly/3x5w2py)



## RECONSTRUÇÃO

# Planos dos governos privilegiam bilionários capitalistas e não os trabalhadores e o meio ambiente

 VÂNIA GOBETTI,  
DE PORTO ALEGRE (RS)

Se nos pautarmos pelo anúncio das medidas dos governos pode-se até pensar que a população atingida pelas enchentes está sendo bem assistida. Depois das inúmeras falhas no socorro as vítimas e organização dos abrigos, todos os governos querem demonstrar que estão “fazendo alguma coisa”, particularmente em um ano eleitoral. Eles aprovaram auxílios emergenciais de renda e prometem moradias. Mas, na prática, as coisas não são bem assim.

Mesmo depois de 30 dias, com a água baixando na maior parte das cidades, ainda há 39 mil pessoas abrigos. Outros 58 mil estão em casas de parentes ou amigos.

Destes, a maioria ainda não recebeu nenhum auxílio – seja o auxílio reconstrução (R\$ 5.100 do governo Lula), seja o auxílio-pix (R\$ 2.000 do governo Leite, destinado apenas a quem consta no Cadastro Único), nem os auxílios das Prefeituras. Isto porque, no caso do auxílio reconstrução, o cadastro dos beneficiários e envio de dados está na mão das prefeituras, sem qualquer controle por parte da população.

**QUEM NÃO TEM CASA, TEM PRESSA**

E a medida em que se retira a lama e se tem a dimensão do tamanho da destruição, percebe-se que o valor de R\$ 5.100 não vai dar nem para o começo. Além disso, nenhuma das obras emergenciais, de manutenção ou reforço dos sistemas de antienchente que falharam, foi realizado até o

momento. E nenhum dos governos estabelecem prazos para realizá-las. Já se fala de um novo ciclo de chuvas em setembro e a população está insegura em reconstruir suas casas e perderem tudo novamente.

Além disso, há 108 mil residências que foram totalmente destruídas. Neste caso, entram numa fila para se habilitar o aluguel social, ou a compra assistida, ou a assumir um financiamento do programa minha casa, minha vida. Mas, nenhuma destas opções está disponível neste momento.

Paulo Pimenta (PT) afirmou que pretende disponibilizar 2 mil casas, muito aquém da necessidade e sem prazo estipulado. Quando questionadas sobre a construção de moradias, as Prefeituras afirmam não têm dinheiro para comprar terrenos e não conseguem desapropriar em tempo razoável.

Até lá, a única opção colocada pelo governo Leite é acabar com os atuais abrigos e deslocar 49 mil pessoas em 5 “centros humanitários”. Um deles se localizará num local chamado Porto Seco/Porto Alegre em que não há mínimas condições sanitárias e, inclusive, está funcionando como depósito de lixo. Inicialmente os governos denominavam “cidades provisórias”. Como houve um grande questionamento, apenas criaram versões mais compactas e mudaram o nome para “centros humanitários”. Mas a essência é a mesma: serão galpões onde centenas de pessoas viveriam em condições precárias, distantes das suas antigas residências, em um regime de campo de refugiados, como verdadeiros guetos.

**ATAQUE**

## Leite e megaempresários ainda querem diminuir

Leite veio a público pedir que a União pague parte dos salários de trabalhadores para evitar demissões. Parece que ele está preocupado com os trabalhadores. Mas, na verdade, a preocupação dele é com os grandes empresários. Esta é uma das reivindicações feitas pela Fiergs e outras entidades.

O benefício emergencial é pago aos trabalhadores que tiverem redução de jornada ou suspensão temporária do contrato de trabalho. Leite propõe flexibilizar as leis trabalhistas: reduzir salários ou suspender contrato. O benefício emergencial não repõe o salário integral. São recursos

do governo federal, e corresponde ao que o empregado receberia a título de seguro-desemprego.

O “Projeto Retoma RS”, do deputado federal Pedro Westphalen (PP), quer estabelecer alíquota zero para contribuições ao INSS e a flexibilização de direitos trabalhistas por 5 anos. Ou seja, um trabalhador que perdeu tudo o que acumulou durante uma vida toda pode sangrar ainda mais para supostamente “estancar” a hemorragia dos grandes empresários.

As grandes empresas e os agrobilionários querem se utilizar da tragédia para terem

mais isenções, demitir, reduzir custos e lucrar mais em cima da destruição.

Para os micro e pequenos empresários, defendemos crédito emergencial, por parte dos governos, sem juros e a fundo perdido, para reconstrução dos pequenos negócios e pagamento de funcionários. Ou seja, precisam ser reparadas integralmente pelo estado.

Proibição de demissões, não permitindo a suspensão de contratos ou descontos de salários sobre os atingidos. As grandes empresas que demitem devem ser expropriadas e colocadas sob o controle dos trabalhadores.

**SOCIALIZAR SEUS PREJUÍZOS**

## Melo, Leite e Lula garantirão bilhões para as grandes empresas

Alckmin realizou uma visita a Caxias do Sul e anunciou um pacote de medidas de auxílio às grandes empresas do estado, particularmente a indústria. Quando falamos de grandes empresas, nos referimos àquelas cujo faturamento anual (valor total dos bens vendidos) é maior que R\$ 300 milhões. Por exemplo, Alckmin visitou a Marcopolo, fabricante de ônibus com fábricas em Caxias do Sul e Espírito Santo, cuja receita líquida em 2023 foi de modestos R\$ 6,68 bilhões, seis vezes mais do que o auxílio de R\$ 5.100 dado pelo governo Lula.

O governo federal irá disponibilizar linhas de crédito com recursos do BNDES que totalizam R\$ 15 bilhões com juros subsidiados e carência de 1 até 2 anos para começar a pagar as prestações. Além disso, há incentivos fiscais a quem adquiriu máquinas e prorrogação de para exportadores na compra dos insumos.

O governo Leite, por sua vez, também anunciou crédito barato a grandes empresas de R\$ 7 bilhões e só será pago após 4 anos.

Qual é o critério para que estas grandes empresas possam

se habilitar a estas linhas de financiamento? No caso do auxílio reconstrução de R\$ 5.100 reais por família, há uma série de exigências – precisa ter perdido a casa ou perdido móveis e eletrodomésticos. Muitas famílias, se não atenderem estes critérios, não receberão nada.

No caso das grandes empresas, basta situar-se em um município em que foi declarada calamidade pública, para que já possa se habilitar aos empréstimos. Não precisa comprovar nada.

A choradeira dos capitalistas tem sido intensa. Depois de

**VERGONHA**

## O caso do Aeroporto Salgado Filho é um escândalo

Uma das expressões mais bizarras é o caso da Fraport, concessionária responsável pelo Aeroporto Salgado Filho. A Fraport é subsidiária da operadora do aeroporto de Frankfurt, maior aeroporto da Alemanha de outros 30 aeroportos pelo mundo. A empresa e o governador Eduardo Leite estão solicitando uma renegociação do contrato de concessão porque teve prejuízo com a enchente. Ou seja, alega que houve um “evento de força maior” e que, por isto o governo precisa ressarcir recursos a Fraport. A Agência

Nacional de Aviação (ANAC) disse que está analisando o pedido. E o Ministério de Portos e Aeroportos já afirmou que vai remunerar a Fraport para realizar a limpeza do aeroporto pois “este serviço não está previsto na concessão”. Isto é uma vergonha. Como se não bastasse o absurdo de privatizar toda a infraestrutura do país, ainda estabelecem contratos de risco zero para as concessionárias. E o pior. Quando uma empresa tem prejuízo e desiste do negócio, ainda tem direito a tudo o que investiu de volta.

reivindicarem uma pauta de 47 itens solicitando auxílios que totalizavam R\$ 100 bilhões, o recém-eleito presidente da FIERGS, Claudio Bier, declarou: “Estamos em um pós-guerra, precisamos flexibilização”. No caso, redução dos direitos dos trabalhadores. O presidente da FEDERASUL, por sua vez declarou que os governos tinham a obrigação de “estancar a hemorragia, salvar empregos e as empresas em até 10 dias”. Mas basta checarmos os balanços contábeis recentes das empresas para termos certeza que não se trata de hemorragia, mas de sanguessugas

Desafiamos as empresas a provarem que, de fato, estarão ameaçadas por suas perdas com as enchentes. Qual é a fortuna dos seus acionistas? Quanto foi distribuído de dividendos nos últimos anos? Estas empresas têm a obrigação de abrir os seus relatórios contábeis. Qual o impacto ambiental da produção destas empresas? O governo estabeleceu quaisquer destes itens como condicionante aos empréstimos? É claro que não. Porque o livre mercado não permite qualquer controle do Estado. Mas, na hora da crise, recorrem ao Estado, para socializar seus prejuízos.

**SAÍDA**


## Um programa dos trabalhadores para a reconstrução


O principal argumento do “auxílio” as grandes empresas é que elas são as maiores empregadoras. A chantage é: se não forem auxiliadas com dinheiro público irão demitir. Mas não há qualquer condicionante ou obrigação de compromisso que as empresas beneficiadas estabeleçam garantia de emprego aos seus trabalhadores. O que já acontece com todas as empresas que recebem incentivos fiscais nas últimas décadas.

Não seria muito mais lógico utilizar estes R\$ 15 bilhões para criar empresas públicas, inclusive garantindo a aquisição de maquinário, para realizar as obras de reconstrução que tanto necessitamos? Um plano de reconstrução que, sim, precisa ser controlado pelos trabalhadores e atingidos pela enchente.


Destoamos daqueles que comemoram os recursos do governo federal para socorrer “nossas empresas”, muitas delas que utilizam trabalho escravo, desmatam e poluem. Se alegam precisar do Estado para garantir empregos, exigimos que estes empregos sejam gerados diretamente pelo Estado, sem a necessidade de uma patronal lucrando. Porque só serão “nossas” quando sejam os trabalhadores, os que tudo produzem, que estejam, não apenas no comando das empresas, como no comando do Estado que seja seu, e não de um Estado capitalista.


Só assim poderemos ter uma reconstrução que proteja os trabalhadores e atingidos, as pequenas empresas e não os bilionários e multinacionais. Desta forma poderemos realizar:


 **Reparação integral** a todos os trabalhadores e pequenos empresários que perderam suas moradias, automóveis ou qualquer outro bem.


 **Crédito, sem juros** e a fundo perdido, para o funcionamento e reconstrução do pequenos comércios e negócios,

inclusive para capital de giro, pagamento de funcionários, conserto ou a reposição de maquinários e estoques perdidos.


 **Formação de uma empresa estatal de obras públicas**, para a reconstrução da infraestrutura de prevenção e das moradias em locais seguros e gerando milhares de empregos


 **Obras** como a contenção de encostas, drenagem, construção de barragens e o desassoreamento do leito dos rios, estudos de áreas de risco, criação de reservas florestais nas margens dos rios, fim dos desmatamentos, dentre outras medidas que garantam a prevenção.


 São necessárias **áreas verdes** para absorção das águas para o lençol freático e escoamento das águas, recuperando também a orla do Guaíba privatizada pelo prefeito Melo.


 **Reestatizar, sem indenização**, empresas como a CEEE Equatorial (energia), que desliga bombas e deixa a população sem luz em meio a esta calamidade, mas desde antes.

**MAS DE ONDE SAIRÃO OS RECURSOS?**

 **Cancelamento da dívida** (já paga) do Rio Grande do Sul com a União, que serve para pagamento de juros aos bancos.

 **Confiscar 50% das grandes fortunas** dos bilionários capitalistas.

 **Imposto fortemente progressivo** sobre o grande capital que atua no RS: sobre o patrimônio e, também, sobre os lucros e dividendos.

 **Expropriar, sem indenização**, as grandes empresas do agronegócio, que desmatam, poluem e tem trabalho escravo.



LEIA NO SITE:  
[HTTPS://BIT.LY/3RG03Z2](https://bit.ly/3RG03Z2)

É necessário um plano de reconstrução controlado pelos trabalhadores e atingidos pela enchente para a reconstrução do Rio Grande do Sul

**O QUE FAZER**

### Pra que não se repita

As mudanças climáticas são uma realidade, e a população tem razão em temer que novos eventos climáticos possam novamente destruir tudo novamente. Por isso é preciso da formação de uma empresa pública para a reconstrução da infraestrutura de prevenção a novos desastres. Para o mapeamento das áreas de risco e a reconstrução de moradias em locais seguros e gerando milhares de empregos. Mas esse plano deve ser controlado pelos trabalhadores para que reconstrução não fique à encargo das construtoras privadas e beneficiem apenas os capitalistas. Também é necessário revogar todas as medidas que flexibilizaram a legislação ambiental que o governo Leite implementou para favorecer os grandes proprietários de terras. Sem a preservação do meio ambiente, planos de regeneração florestais nas margens dos rios, fim dos desmatamentos, dentre outras medidas, não há como impedir novas catástrofes.



## CONTRA O SISTEMA

# Só com auto-organização poderemos defender os trabalhadores e a natureza



PSTU RS

**V**ivemos, no Rio Grande do Sul, uma grande experiência de auto-organização, tanto nos resgates quanto na formação de abrigos e, agora, na limpeza e higienização das casas. Vizinhos e pessoas que não se conheciam passaram a se ajudar, em uma rede de solidariedade que demonstra o potencial da auto-organização operária e popular.

Várias mobilizações começaram a pipocar espontaneamente e iniciativas, buscando unificação destas ações, estão sendo gestadas. Ao mesmo tempo, o prefeito Sebastião Melo (MDB) e o governador Eduardo Leite (PSDB) querem esvaziar os abrigos e cons-

truir as cidades “provisórias”.

Ficaria mais fácil invisibilizar os desabrigados se eles estiverem em verdadeiros campos de refugiados “provisórios”, que têm tudo para se transformarem em permanentes. Esta decisão não deveria ser submetida aos desabrigados? Não é o destino da vida deles que está sendo decidido?

## O POVO CONTINUARÁ NA LAMA

Querem desmobilizar voluntários e atingidos e deixar nas mãos dos governos, deputados e vereadores as decisões e o dinheiro.

No jornal “Zero Hora”, há mais de uma semana, a jornalista Juliana Bublitz estabeleceu uma polêmica com a ultradireita e sua campanha,

cujo lema foi “civil salva civil” e “o povo pelo povo”. Campanha que tenta se apropriar, fraudulentamente, da gigantesca solidariedade voluntária da população, como se o grande empresariado negacionista e inimigo da natureza e do povo fosse o “herói”.

Porém, esta campanha surfa no fato dos governos não garantirem o socorro da maioria das pessoas, nem a organização da solidariedade, além das falhas na prevenção e Defesa Civil. A conclusão da articulista é: “vivemos um momento-limite em que o voluntariado já não aguenta mais. Deixemos, a partir de agora, na mão do Estado.” Leia-se: deixemos nas mãos dos governos.

Mas, se ficarmos reféns dos governos e demais insti-

tuições desse Estado, o povo vai continuar na lama. E não estamos falando apenas das questões mais emergenciais. Onde as casas definitivas serão construídas? E a CEEE (energia) continuará na mão da Equatorial?

## IMPULSIONAR A AUTO-ORGANIZAÇÃO PELA BASE

É fundamental que cada bairro e cada abrigo se organizem, realizem reuniões, assembleias e discutam suas necessidades e propostas para resolver os problemas da moradia, água, luz, auxílios, da Educação, dos ônibus etc.

Cada assembleia deve se conectar às demais, eleger diretamente representantes, controlados por ampla organização e participação popular.

Pois, somente com mobilização e demonstração de força, teremos condições de impor que a “reconstrução” atenda às necessidades das vítimas da catástrofe

Neste momento, o papel dos sindicatos e coletivos é estarem a serviço da auto-organização. Não se trata de “horizontalismo”. Se trata de ampla organização, pela base e muita democracia, desde baixo, para unir, mobilizar e auto-organizar.

Não confiamos nas instituições desta democracia capitalista, que é dos ricos e cada vez mais restrita e teatral. O poder precisa estar na solidariedade, na mobilização, na auto-organização e na força da nossa classe. Do contrário, os grandes beneficiados serão os bilionários de sempre.

## POLÊMICA

# Manifesto de Maria do Rosário não responde à tragédia do povo pobre

DENIOR MACHADO,  
DE PORTO ALEGRE (RS)

O manifesto “Compromisso com Porto Alegre”, assinado pelo PT, o PV, o PCdoB e o PSOL, passou longe das necessidades urgentes dos trabalhadores e da população mais pobre atingida pela enchente. As pessoas continuam no meio do drama e nem sabem se daqui a alguns meses o pesadelo não voltará.

As respostas, além de vagas, não apontam o capitalismo e os governos que sustentam os bilionários como responsáveis pela crise climática e falta de proteção das cidades. Não cobram que bancos e grandes empresas paguem a conta da crise.

O Manifesto afirma: “Em nenhuma circunstância estruturas públicas serão pri-

vatizadas”, mas não diz que os governos das três esferas têm sucateado os serviços que poderiam proteger a natureza e o povo. Por que o Manifesto não propõe a reestatização da CEEE Equatorial? Por que não propõe o fim das terceirizações no DMAE (água e esgoto), cujo quadro funcional caiu pela metade?

O texto fala em coleta seletiva do lixo e valorização de profissionais, mas omite que o DMLU (departamento de limpeza urbana) foi privatizado nas gestões petistas da prefeitura.

## LIMITES DAS PROPOSTAS

Sobre a situação das pessoas em abrigos, propõe “qualificar espaços de acolhimento até que os que perderam tudo tenham novas moradias asseguradas”, sem informar que

estas não serão gratuitas para todos. Não denuncia a especulação imobiliária, que vai aproveitar a tragédia para expulsar os pobres de seus bairros.

Cita as pequenas empresas, quando fala do auxílio do governo federal, mas omite que são as grandes empresas que estão recebendo os maiores recursos. No tratamento das infecções, reivindica o SUS, omitindo o avanço do sucateamento e privatização do sistema. Exatamente o mesmo no que se refere à Educação.

O que explica um programa tão limitado? A Frente em torno da candidatura de Maria do Rosário (PT) representa uma alternativa que não ultrapassa os limites do social-liberalismo.

Não é possível que a Frente pense em um governo que atenda aos interesses mínimos

dos trabalhadores, o que dirá em um sistema socialista. O seu horizonte é o de um capitalismo “democrático”, dentro dos limites do Arcabouço Fiscal, submetido aos bancos.

## A URGÊNCIA DE UM PROJETO SOCIALISTA

Seu programa deriva disso e por isso não entra na reestatização, no confisco de parte das fortunas ou dos lucros dos grandes, para pagar a reconstrução. É um projeto de conciliação de classes, amparado, como o de Lula, num Conselho “com especialistas, setores econômicos, comunidades, e afetados pelas enchentes”. Leia-se, de conciliação com quem manda: os capitalistas.

Junta culpados e vítimas, exploradores e explorados, nos limites da ordem vigen-

te, em vez de organizar os de baixo para enfrentar e romper com o sistema.

A necessidade de um partido revolucionário, que organize a luta dos trabalhadores contra o capitalismo, é cada vez mais urgente. O PSTU se dedica a isso.

É necessário construir um partido revolucionário, que defenda, junto à classe trabalhadora, um programa para que ela protagonize a revolução necessária. Que propague a independência de classe, incentive a auto-organização em conselhos populares, para que a classe trabalhadora decida, com democracia operária, os passos da sua luta, como no futuro deverá decidir tudo, em uma sociedade socialista.

LEIA NO SITE:  
[HTTPS://BIT.LY/4AZUMVS](https://bit.ly/4AZUMVS)



## A LUTA CONTINUA

# Greve da Educação Federal enfrenta a política fiscal e a prática antissindical do governo Lula



EDUARDO ZANATA,  
DA CSP-CONLUTAS

Nesta semana, a greve da Educação Federal completará três meses. Essa é a maior greve da história do setor, considerando a quantidade de universidades, campi e servidores paralisados. Ao todo, 58 das 61 universidades estão em greve e 580 campi dos institutos federais (de um total de 660) estão parados.

A greve é uma resposta dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação Federal contra uma situação de precarização do ensino superior público e desvalorização salarial, o que levou a um cenário de perdas inflacionárias acumuladas de 40% a 50%, desde 2010. A situação é tão gritante que o piso salarial de um técnico-administrativo das universidades e institutos é de R\$ 1.446,12; ou seja, um pouco mais do que um salário mínimo.

## CORTES, PRECARIZAÇÃO, DEMISSÕES E ASSÉDIO

Além da desvalorização dos salários, as universidades sofrem com a falta de recursos. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 destina R\$ 310 milhões a menos do que em 2023 para as instituições federais de educação (IFE's), um montante equivalente ao que foi destinado em 2012.

A escassez de verbas é o que tem gerado o fechamento de bandejões e bibliotecas; a falta de manutenção dos prédios e instalações das IFE's; a diminuição das bolsas de pesquisa e a demissão em massa de terceirizados.

Nesta semana, a Universidade Federal de Pernambuco vai demitir cerca de 400 terceirizados da limpeza, por falta de verbas para manter o contrato atual com a empresa. O processo de precarização, demissões em massa de terceirizados e diminuição do quadro de servidores ativos agrava ainda mais a sobrecarga de trabalho e o assédio moral dentro das IFE's.



## UMA REBELIÃO DA BASE CONTRA O GOVERNO LULA E AS DIREÇÕES GOVERNISTAS

Grande parte dos trabalhadores da Educação Federal tinha expectativas de que o fim do governo Bolsonaro e a chegada de um novo governo Lula poderia mudar a situação de desvalorização e precarização do ensino superior, que vem se aprofundando por décadas, inclusive durante os primeiros governos petistas. Contudo, a realidade que se apresentou foi outra.

No começo do governo, Lula aprovou o novo Arca-bouço Fiscal, uma política cujo objetivo é restringir os investimentos públicos nas áreas sociais para garantir superávit primário e, com isso, o pagamento da dívida pública. Ainda em 2023, as mesas de negociação das entidades de servidores federais empacaram. O governo apresentou uma proposta de reajuste salarial, com 0% em 2024 e duas parcelas de 4,5%, para 2025 e 2026, que mal repunham a inflação projetada para o período.

Diante desse descaso com os servidores e os serviços públicos, a revolta começou a tomar conta dos trabalhadores e trabalhadoras das IFE's. As direções da maioria das entidades sindicais, dominadas por setores governistas, tentaram impedir a greve a todo custo. A direção do ANDES-SN, por exemplo, teve que ser derrotada no congresso da categoria, em fevereiro, porque era contra a proposta de construir uma greve no primeiro semestre de 2024.



LEIA NO SITE:  
[HTTPS://BIT.LY/4CCA4YF](https://bit.ly/4CCA4YF)

## REVOLTA

# Para avançar na luta é preciso derrotar as direções governistas

Neste momento, a greve está ganhando força (na semana passada, duas novas universidades aderiram à paralisação) como uma resposta à postura autoritária e antissindical do governo Lula.

Enquanto isto, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) deu um ultimato às entidades sindicais, apresentando uma proposta rebaixada para técnicos-administrativos e para os docentes, parcelada em 2025 e 2026, que garante, em média, menos de 15% de reajuste sa-

larial à maior parte dos servidores e, depois disto, encerrando de forma unilateral as negociações. As assembleias rejeitaram de forma massiva a proposta do governo.

No entanto, o governo Lula, desrespeitando a decisão das bases das categorias, quer empurrar sua proposta para os docentes, forjando um acordo com o PROIFES (um sindicato cutista, criado por iniciativa do PT para dividir a base dos docentes da Educação Federal).

A direção do PROIFES é contrária à paralisação; mas,

de suas sete seções, cinco já aderiram à greve nacional e rejeitaram a proposta do governo nas assembleias de base. Mesmo assim, esse sindicato de cartório, dirigido pelo PT, assinou o acordo rebaixado com o governo Lula.

Diante disso, aumenta muito o desgaste do governo na base das IFE's. A palavra de ordem "A greve continua, Lula a culpa é sua!!!" se massificou, demonstrando que a expectativa que havia com o novo governo está se transformando em decepção e revolta.

## VERGONHA

# Tem dinheiro pra banqueiro, mas não tem pra educação

Nas mesas de negociação, o governo federal insiste que não há margem orçamentária para melhorar a proposta e garantir um reajuste salarial em 2024. Mas isso não é verdade. De janeiro a abril, o

superávit primário acumulado pela União já está em R\$ 61 bilhões. Houve recorde de arrecadação de tributos em 2024.

O governo calcula que a proposta atual para reajuste dos servidores da Educação

Federal custaria R\$ 6,2 bilhões em dois anos. Ou seja, com 10% do valor do superávit primário dos primeiros quatro meses de 2024, seria possível dobrar a proposta de reajuste apresentada pelo governo.



# 30 anos a serviço da revolução por um futuro comunista

**E**m junho, o PSTU completa 30 anos. Na escala da história da luta de classes no Brasil, se passou muito pouco tempo desde quando aqueles jovens operários, estudantes e ativistas, oriundos da luta contra a ditadura militar, das grandes mobilizações dos anos 1980 e da construção do PT e da CUT, foram expulsos do Partido dos Trabalhadores e decidiram fundar uma organização trotskista revolucionária no Brasil. Mas é um tempo considerável diante de tantos fatos importantes de lá para cá e, também, de toda uma nova geração que não viveu aquele momento.

## URGÊNCIA DA NECESSIDADE DA REVOLUÇÃO

As diferentes vertentes reformistas, quanto maior a crise do capitalismo, mais insistem na tecla de que a revolução e o socialismo são temas para um futuro longínquo, para um tempo que nunca chega. Agora, segundo eles, o importante é ter muitos votos nas eleições e eleger parlamentares. Todo o resto é ilusão de uma esquerda fora de moda, dizem.

A realidade tem demonstrado coisa bem diversa disso. E este sentido de urgência da revolução e do socialismo não é um capricho nosso.

A disjuntiva “socialismo ou barbárie” não é apenas uma frase de efeito a ser levantada nas reuniões das organizações socialistas. É um fato cada dia mais evidente. Basta vermos a pandemia, as guerras, o aumento da exploração e da opressão e a devastação do meio ambiente que geram miséria e violência crescentes para uma parte cada vez maior da humanidade.

## DESTRUIR O CAPITALISMO ANTES QUE ELE DESTRUA A HUMANIDADE

A catástrofe ambiental no Rio Grande do Sul mostra como o capitalismo, os grandes empresários e os governos, na busca por lucros, estão levando a humanidade ao colapso. O altíssimo número de mortos na pandemia foi uma demonstração de como os interesses dos capitalistas estão acima dos interesses da vida humana.

A guerra na Ucrânia é um sintoma de como o capitalismo busca sufocar, oprimir e responder violentamente às lutas de libertação nacional. O genocídio promovido por Israel na Palestina, com todo apoio do imperialismo dos EUA e da Europa, é a prova de que o capitalismo, para defender seus interesses em áreas de influência, não tem escrúpulos.

Os bilionários capitalistas condenam bilhões à fome, à miséria e ao sofrimento. Seus capitais aumentam e batem recordes de lucros, enquanto a desigualdade social se aprofunda. Há um regime de exploração e opressão brutal nas fábricas e canteiros de obras. Arrancam o couro dos trabalhadores e trabalhadoras. Usam o Estado e a tecnologia mais avançada para explorar e oprimir mais. Há, ainda, a violência e degradação promovidas pelo agronegócio no campo. E também cresce a violência contra os setores oprimidos, como mulheres, negros, LGBTIs e imigrantes.

Mas crescem, também, as lutas e a resistência dos trabalhadores contra tudo isso. Para ficar apenas nos últimos trinta anos, tivemos muitos exemplos heroicos de resistência da nossa classe, como a Primavera Árabe; as rebeliões populares no Chile, Equador, Argentina, Colômbia, Peru e Bolívia; as greves operárias na Europa e, mais recentemente, nos EUA; a resistência do povo ucraniano; a resistência do povo palestino e um longo etc.

O que falta à nossa classe, para transformar essa revolta crescente contra o sistema capitalista em uma revolução socialista, é uma direção

política capaz de conduzir a luta e a organização nesse sentido.

Os reformistas não podem cumprir esse papel. Se acomodam cada vez mais ao papel de cúmplices e agentes da burguesia. São os responsáveis pela proliferação da lógica do “mal menor”, da política limitada à possibilidade imediata e da construção de caricaturas sobre as posições revolucionárias.

Isso não quer dizer que acreditemos que a revolução esteja ali na esquina, especialmente porque ainda não resolvemos o problema da direção política da nossa classe. Somos revolucionários porque acreditamos que a revolução é necessária e urgente e que a construção das condições para que ela ocorra é uma tarefa para o presente e não para um horizonte que nunca chega, como é para os reformistas.

## 30 ANOS DO CAPITALISMO AFLORANDO SUAS CONTRADIÇÕES

Há 30 anos, vivíamos um período marcado por uma forte ofensiva do capitalismo, muito diferente da crise desse sistema que vivemos hoje. Estávamos em 1994, auge da implementação dos planos neoliberais no Brasil. Havia um retrocesso das lutas dos

anos 1980. E o mundo ainda lidava com os efeitos imediatos da restauração capitalista nos antigos Estados operários degenerados, feita pela burocracia stalinista.

A burguesia e o imperialismo vendiam a ideia de que a História tinha acabado. Que o capitalismo teria mostrado sua superioridade e que teríamos democracia, liberdade e crescimento econômico inesgotáveis, num mundo onde a burguesia e os trabalhadores viveriam felizes para sempre. Seria o paraíso na terra. E foi assim que os duros anos 1990 foram feitos com muitas privatizações e ataques aos trabalhadores.

Durante este período, muitas organizações que ainda se reivindicavam socialistas, comunistas ou revolucionárias foram abandonando seu programa, tornando-se cada vez mais defensoras dos capitalistas. No Brasil, foi o período do ascenso do PT à Presidência da República. Destes últimos 30 anos no Brasil, o PT governou 16 deles.

Nesse período, ao contrário do que diziam os petistas, seus governos não ajudaram a desenvolver o caminho para o enfrentamento com os capitalistas. Na verdade, a gestão da crise capitalista feita por seus governos, junto com várias mudanças

## 30 anos ao lado da classe trabalhadora, na luta pelo socialismo e a revolução



**1994.** Congresso realizado entre 3 e 5 de junho funda o PSTU. Com 195 delegados e 73 convidados, foram debatidos e aprovados o programa e os estatutos do novo partido. Dias após a fundação, os militantes do PSTU José Luis e Rosa Sundermann foram brutalmente assassinados em São Carlos (SP).

**1995.** Inicia-se a campanha de legalização do PSTU. Brigadas de militantes percorrem 11 estados e filiam 12.742 pessoas. Petroleiros realizam, em maio, uma forte greve contra o governo FHC. O Exército ocupa quatro refinarias para obrigar a volta ao trabalho. Conferência Internacional do PSTU aprova a adesão à Liga Internacional dos Trabalhadores, a LIT-QI.



**1996.** Em 31 de maio nasce o “Opinião Socialista”, o novo jornal do PSTU.

**1999.** Lançamento da Juventude do PSTU, em conferência realizada em Niterói (RJ), nos dias 20 e 21 de fevereiro. O ano é marcado pela luta pelo “Fora FHC e o FMI”. Em Brasília, é realizada a “Marcha dos Cem Mil”, em 26 de agosto. A direção do movimento, com o PT à frente, se coloca contra a derrubada do governo, em prol das eleições.

**1998.** O PSTU apresenta a candidatura de Zé Maria à Presidência.

1994

1995

1996

1998

1999





mais profundas nas disputas interburguesas e na própria dinâmica decadente do capitalismo brasileiro e mundial, foi o que permitiu um grande

retrocesso, com o surgimento da nova ultradireita, trazendo de volta à cena política as ameaças golpistas bonapartistas, o papel das Forças

Armadas na política e propostas capitalistas cada vez mais radicais para o aprofundamento da exploração dos trabalhadores.

A democracia burguesa brasileira, moldada no fim da ditadura militar, vem se debatendo em crise e decadência. Isso prova que não

bastava apenas acabar com a ditadura e mudar o regime, era preciso, também, transformar as condições sociais e acabar com o capitalismo.

## LUTA DE CLASSE

# Lutas da classe são o combustível do partido

Sejam as ditaduras ou os diferentes governos capitalistas no regime democrático, todos, a seu modo, governaram o capitalismo e com os capitalistas. O crescimento econômico só serviu à burguesia e aos bilionários, provando que não há desenvolvimento, que melhore a vida

do povo, sem a expropriação da grande burguesia.

Os governos do PT não fugiram a essa regra. Em que pese algumas políticas sociais compensatórias que trouxeram benefícios limitados para setores da população, seus governos garantiram os interesses dos bancos

e do grande empresariado, que ganharam muito dinheiro à custa do aumento da exploração dos trabalhadores e da entrega do país à rapina do imperialismo.

Como no resto do mundo, aqui também, os trabalhadores, a juventude e os setores oprimidos lutaram nesses 30

anos. Tivemos greves memoráveis na classe operária, no funcionalismo público, mobilizações estudantis, ocupações urbanas e rurais e as jornadas junho de 2013.

O PSTU foi parte integrante de muitas dessas lutas, mobilizações e levantes dos trabalhadores e da juventude.

E é intervindo nessas lutas, apoiado na herança marxista, que busca desenvolver uma base programática sólida que, partindo de uma compreensão da realidade, explique o mundo e levante um programa e políticas capazes de derrotar a burguesia e revolucionar a sociedade.

## LEGADO

# O PSTU na História passada, presente e futura

“Quem chega primeiro, bebe água limpa”, diz um ditado popular. Mas na luta política revolucionária é o contrário. A geração futura pode beber uma água mais limpa se as gerações passadas forem capazes de aprender com seus erros e se desvencilhar deles.

O PSTU cometeu erros em sua trajetória até hoje. Alguns importantes, que custaram caro ao nosso esforço por construir a direção revolucionária que nossa classe precisa. Mas sempre soube olhar de frente para os erros cometidos e lutar para superá-los, apoiado em um tripé que, para nós, é

fundamental: o apoio na teoria marxista, a busca de uma inserção cada vez maior na classe operária e uma integração cada vez mais profunda com a Internacional – a construção do nosso partido no Brasil não se explica a não ser nos marcos da construção da Liga Internacional do Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI).

Esta é a metodologia na qual as várias gerações de trabalhadores e jovens que bravamente construíram esse partido se baseiam. Este é um legado importantíssimo e indiscutível.

O PSTU foi forjado na luta

contra todos os setores da burguesia, da direita tradicional e da nova ultradireita. E também se enfrentando com aqueles que, oriundos da esquerda, optaram por governar com e para a burguesia, se tornando novos administradores dos negócios capitalistas, como o PT, o PCdoB, em determinado momento histórico, ou até mesmo o PSOL, mais recentemente.

Nesses 30 anos, o PSTU buscou os fundamentos sólidos do marxismo, o enraizamento na classe operária, no internacionalismo, na agitação e propaganda revolucionária como atividades de-

finidoras do partido; na elaboração programática para compreender o mundo com uma precisão científica e sendo parte das lutas cotidianas dos trabalhadores.

Mesmo depois desses 30 anos, sabemos que somos apenas um embrião da organização revolucionária que precisa ser construída, no país e no mundo, para atingir nossos objetivos. Os desafios do tempo presente e para o futuro não diminuíram, mas aumentaram. Mas estaríamos em uma condição muito pior para enfrentá-los se não existisse o PSTU no Brasil e a LIT

no mundo.

O fio de continuidade histórico dos revolucionários foi perdido várias vezes diante da repressão e da perseguição pela burguesia, o imperialismo, os reformistas e o stalinismo. A existência do PSTU é a manutenção de um importante fio de continuidade histórico entre o melhor da vanguarda operária e do ativismo juvenil surgidos nos anos 1970 e 1980, no Brasil, com as novas gerações de bravos lutadores e lutadoras.

LEIA NO SITE:  
[HTTPS://BIT.LY/4AZUMVS](https://bit.ly/4azumvs)

**2000.** Em 21 de abril, indígenas, estudantes e trabalhadores protestam contra os 500 anos de colonização e de massacres. Muitos são feridos na repressão comandada por FHC e outros tantos são presos, dentre eles Zé Maria. Em 6 de outubro, Gildo Rocha, militante do PSTU e diretor do Sindicato dos Servidores do Distrito Federal, é assassinado com um tiro pelas costas, pela polícia do governador Joaquim Roriz.

**2002.** PSTU apresenta a candidatura de Zé Maria à Presidência, com Dayse Oliveira como vice. 400 mil votam em Zé Maria e em um programa socialista. Dez milhões votam contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), no plebiscito organizado pelo MST, pastorais da Igreja e sindicatos. Lula e o PT são contra. O PSTU foi o único partido que chamou o plebiscito em seu programa eleitoral, na TV e no rádio.)

**2003.** No início do governo Lula, servidores cruzam os braços e se mobilizam contra a Reforma da Previdência no setor público.

**2006.** Com uma política apoiada pelo PSTU, é realizado o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conat), que aprova a fundação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).



**2007.** O PSTU foi uma das poucas organizações que denunciou a ocupação militar do Haiti, em 2004. Em junho, uma caravana de solidariedade viaja ao país ocupado.

**2010.** PSTU lança a candidatura de Zé Maria à Presidência, com Vera como vice.

2000

2002

2003

2006

2007

2010



# “DÁ-LHE PEÃO! Tem um partido pra fazer revolução”



DA REDAÇÃO

Os gritos que encerraram o congresso de fundação do PSTU, de 3 a 5 de junho de 1994 na capital paulista, expressavam a cara e os objetivos da nova organização que nascia. Foi o desfecho que se iniciou dois anos antes, quando várias organizações revolucionárias se juntaram para construir um partido revolucionário no Brasil, diante da falência do PT enquanto instrumento de organização e mobilização da classe.

A principal corrente dessa frente, a Convergência Socialista, havia sido expulsa do PT em 1992, por defender o “Fora Collor”, num momento em que a direção majoritária deste partido era contrária a essa palavra de ordem. Ou seja, fruto de sua adaptação à institucionalidade, e ao jogo eleitoral, assim como os acordos com setores cada vez mais amplos da própria burguesia, a direção do PT defendia a política de desgastar Collor para capitalizar eleitoralmente.

O então secretário-geral do PT, José Dirceu, explicou essa posição no próprio jornal da CS: “Uma das duas: ou se trata de uma bandeira para agitação ou propaganda, ou na verdade encobre a tática da CS de propor ao PT derrubar o governo Collor, expres-

LEIA NO SITE:  
[HTTPS://BIT.LY/3YYPTIB](https://bit.ly/3YYPTIB)



sa na palavra-de-ordem ‘Fora Collor’. Estou contra que o PT assuma essa tática e se misture a setores da direita contra o governo, e pior, que o PT se isole na sociedade e no Congresso Nacional”.

Qualquer semelhança com argumentos parecidos em conjunturas recentes não se tratam de mera coincidência. Fato é que a Convergência Socialista não poderia, e não se submeteu, a uma política que, na prática, significava uma traição à classe trabalhadora, massacrada por um governo corrupto que confiscou a poupança da população, avançou nas privatizações e iniciou uma abertura econômica indiscriminada, renunciando um processo de subordinação recolonizadora que daria um salto nos anos, e governos seguintes.

## FALÊNCIA DO PT

A CS foi parte da formação do PT. A proposta da formação do PT foi apresentada pela primeira vez em uma resolução defendida por Zé Maria, então delegado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, no congresso metalúrgico de Lins, em 1979. Naquele momento, o PT cumpria um papel muito progressivo, impulsionando a organização política independente da classe trabalhadora, assim como a CUT fazia em nível sindical, contra as propostas do PCdoB, PCB e ou-

tros setores advindos do stalinismo, que defendiam que os trabalhadores estivessem na “frente democrática” junto com o MDB e com os pelegos no movimento sindical.

Esse papel, no entanto, se inverteu com o processo de adaptação, burocratização e a consolidação de uma política de aliança de classes. Agora, o PT não promovia mais lutas, mas as limitava para canalizá-las para a via das eleições burguesas. Essa guinada entrou em rota de colisão com as correntes e grupos revolucionários que atuavam dentro do partido. Alguns aceitaram se adaptar. Outros, não.

Junto a outras correntes, a Convergência Socialista havia constituído uma Frente Revolucionária a fim de concretizar uma alternativa socialista e revolucionária à classe trabalhadora brasileira, o que viria a desembocar na formação do PSTU.

Já de cara, o PSTU esteve na vanguarda junto às lutas da classe, da juventude, dos povos da floresta, como na heróica greve dos petroleiros de 95, ou na marcha junto com os povos indígenas e sem terras nos 500 anos de colonização, nas lutas e enfrentamentos contra as privatizações do governo FHC, na campanha contra a Alca, no plebiscito da Dívida Externa e nas diversas lutas que atravessaram o governo Itamar e FHC.

**2012.** Em 22 de janeiro, a PM realiza o massacre do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), em benefício do especulador Naji Nahas. O PSTU esteve à frente da luta e da resistência. Greves na Educação se espalham pelo país. Mobilizações operárias nas obras do PAC também agitam um Brasil que via a economia desacelerar

**2013.** Um ascenso de massas varre o país de Norte a Sul, nas chamadas Jornadas de Junho.



**2014.** PSTU lança a candidatura de Zé Maria à Presidência, com um programa socialista para a crise, tendo como vice Cláudia Durans.

**2015.** Fortes greves de metalúrgicos contra as demissões, mobilização dos operários do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e dos petroleiros. Em SP, uma forte onda de ocupações secundaristas derrota o projeto, do governador Alckmin, de fechamento de escolas.

**2016.** Mesmo após ter distribuído cargos a partidos da direita, como PP, PSD e PTB, Dilma não contém a crise social, política e econômica e sofre impeachment, assumindo seu vice, Michel Temer. O PSTU, diante da disputa de dois campos burgueses, defende uma política de independência de classes, contra o governo e o impeachment, exigindo “Fora Todos”.

2012

2013

2014

2015

2016

2017



**GOVERNOS DE CONCILIAÇÃO**

# A dura travessia dos governos do PT, mantendo um projeto socialista

Se a ruptura com o PT havia sido uma dura prova, a longa travessia pelos 13 anos de governos petistas, passando pelos dois mandatos de Lula, e o duplo mandato inacabado de Dilma, constituiu uma verdadeira prova de fogo para uma então jovem organização revolucionária.

Logo de início, o PSTU se colocou como oposição de esquerda ao governo que acabara de receber a chancela do então presidente norte-americano George W. Bush e, com a Carta aos Brasileiros, já havia sinalizado que manteria uma

política econômica neoliberal. E foi ao lado dos trabalhadores que o PSTU enfrentou os primeiros ataques do governo de conciliação, como a reforma da Previdência no setor público em 2003, assim como a política de ajuste fiscal comandada pelo então ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Agora, porém, se as direções sindicais se limitavam a controlar as lutas, passaram, com a CUT à frente, a ser ponto de apoio aos ataques e toda a política neoliberal imposta pelo governo. E foi justamente no bojo desse processo, es-

pecialmente no enfrentamento contra a reforma neoliberal da Previdência de Lula, em meio a grandes greves dos servidores federais, que o PSTU se lançou na construção de uma alternativa sindical e popular de organização e mobilização que viria a constituir a Conlutas, posteriormente CSP-Conlutas. Uma organização com a proposta inédita no país de reunir entidades sindicais, mas também movimentos e organizações do movimento popular e de luta contra as opressões.

Embora minoritária, a CSP-Conlutas foi uma voz

dissonante e sobretudo um ponto de apoio para as lutas e sua unificação diante da capitulação da totalidade do movimento aos governos do PT e seus ataques. Um exemplo emblemático foi a CSP Conlutas e os operários da construção civil de Belém do Pará junto com os movimentos indígenas do Xingu, contra as barbaridades na construção da usina de Belo Monte. Ou já em 2013, a resistência histórica e o enfrentamento do Pinheirinho contra as tropas da PM de Alckmin.

O PSTU foi ainda uma das

poucas organizações de esquerda a denunciar o nefasto papel cumprido pelo governo Lula na ocupação militar do Haiti, a mando de Washington.

Coerência que se manteve nos governos Dilma, no de seu vice, Michel Temer, e no duro enfrentamento ao governo Bolsonaro. As bandeiras vermelhas do PSTU continuaram tremulando no lado certo da história, nadando contra a corrente e resistindo à capitulação aos governos e ao aparato do Estado que tomou a quase totalidade da então esquerda socialista.

**FAÇA PARTE DESTA HISTÓRIA!**

## Pela construção de uma oposição de esquerda, socialista e revolucionária

Trinta anos se passaram, enquanto a quase totalidade da esquerda passou para o outro lado, o PSTU manteve sua coerência, expressão de seu programa socialista e revolucionário, nossa maior herança. Mudaram-se governos, conjunturas políticas e econômicas, e a própria configuração do capitalismo e da organização dos

Estados. Emergiram novas potências imperialistas, enquanto o capitalismo afunda cada vez mais o planeta na fome, miséria, e agora numa crise ambiental e climática que põe em risco a própria existência da humanidade.

O PSTU é hoje, mais uma vez, voz solitária, mas resistente a um governo burguês de

conciliação. Mas numa conjuntura muito mais complexa, em que a ultradireita se fortalece alimentando-se dos ataques e políticas neoliberais e entreguistas, e do rebaixamento e decadência cada vez mais profunda do país. Por isso, defende a construção, junto aos trabalhadores e ao povo pobre, de uma oposição de esquerda,

socialista e revolucionária, que possa ser um verdadeiro contraponto, realmente antissistema, para mudar de fato a vida da maioria do povo, e derrotar de vez a extrema direita.

Fazemos um convite especial a você que chegou até aqui: conheça mais sobre o PSTU, venha conversar conosco e faça parte dessa luta!

**PRÓXIMA EDIÇÃO**



**Não perca!  
No próximo  
Opinião  
Socialista**

**‘Crise e queda dos governos de colaboração de classe e o ascenso da ultradireita’**

**2017.** Em 28 de abril, ocorre a maior Greve Geral em 30 anos, contra o governo de Temer e suas reformas Trabalhista e da Previdência. No dia 24 de maio, milhares de trabalhadores ocupam a Esplanada dos Ministérios e, com o PSTU na linha de frente, enfrentam uma dura repressão da PM, numa batalha campal.



**2018.** PSTU lança a candidatura de Vera à Presidência, com Hertz Dias vice, sendo a primeira chapa inteiramente negra a disputar uma eleição presidencial.

**2019.** Ocorre uma onda de protestos dos estudantes, o “Tsunami da Educação”, entre maio e agosto. Foi a primeira onda de mobilizações contra o governo de ultradireita.



**2020.** PSTU defende um programa da classe trabalhadora para enfrentar a pandemia de Covid.

**2021.** “Fora Bolsonaro” se massifica em grandes protestos pelo país. PSTU defende a derrubada de Bolsonaro e Mourão.



**2022.** PSTU apresenta a candidatura de Vera à Presidência, com Raquel Tremembé como vice, propondo um programa revolucionário e socialista. No 2º turno, o PSTU chama o voto crítico em Lula, para derrotar eleitoralmente Bolsonaro e o golpismo.

2018

2019

2020

2021

2022



PALESTINA

# Indignação mundial cresce em oito meses de genocídio e avanço da limpeza étnica



LEIA NO SITE:  
[HTTPS://BIT.LY/3VW2NE3](https://bit.ly/3VW2NE3)

Manifestação realizada em SP no último dia 30 contra o genocídio do povo palestino.

**SORAYA MISLEH,**  
DA REDAÇÃO

Já são mais de 240 dias da nova fase da Nakba – a catástrofe palestina, cuja pedra fundamental foi a formação do Estado racista e colonial de Israel, em 15 de maio de 1948. Em sua busca por uma “solução final”, avalizada pela cumplicidade internacional, o regime sionista avança no genocídio em Gaza e na limpeza étnica em toda a Cisjordânia. Mas, o povo palestino resiste heroicamente e a solidariedade internacional se intensifica.

Na estreita faixa de Gaza, os bombardeios massivos já mataram pelo menos cerca de 45 mil palestinos, dentre os quais 70% são mulheres e crianças. Na Cisjordânia já são mais de 1.500 mortos. A máscara do Estado de Israel cai, revelando sua cara horrenda.

## A FÚRIA SANGUINÁRIA DOS SIONISTAS

Em 26 de maio, as forças de ocupação sionistas perpetraram o “massacre das tendas”, queimando vivos dezenas de palestinos alojados em acampamentos improvisados. As imagens das atrocidades, que incluíram crianças decapitadas, elevaram a indignação, expressa em grandes protestos, ao redor do mundo, inclusive em São Paulo.

Capítulo mais recente da

coleção macabra de atrocidades que já começa a ser chamado de “Holocausto Palestino” –, o “massacre das tendas” ocorreu apenas dois dias depois de que a Corte Internacional de Justiça (CIJ) ordenou o fim da agressão sionista a Rafat, último reduto, antes da fronteira com o Egito, para milhões de palestinos deslocados.

No mesmo mês, o Tribunal Penal Internacional (TPI) pediu a prisão dos genocidas Benjamin Netanyahu e Yoav Galant, respectivamente primeiro-ministro e ministro da Defesa de Israel.

Apesar das ações limitadas, descabidas e deseducativas que equiparam o terrorismo sionista à legítima resistência palestina, ao arripio do próprio Direito Internacional em que essas instituições se sustentam, a resposta de Israel foi a esperada: retomou a ultrapassada propaganda de que seriam iniciativas supostamente antissemitas e deu sequência às atrocidades, com um, dois e mais massacres das tendas.

Demonstrou, assim, não apenas a impunidade que norteia o projeto colonial do enclave militar do imperialismo, mas reafirmou que a máquina da morte sionista não será parada por dentro do sistema na qual se assentam tais instituições. Virá das ruas, dos oprimidos e explorados em todo o mundo.

## RESISTÊNCIA

## Em meio aos escombros, palestinos agradecem a solidariedade internacional

Em várias partes do mundo, a juventude tem protagonizado uma série de acampamentos estudantis contra a cumplicidade de suas universidades com o genocídio. Sua demanda central é pelo boicote acadêmico a Israel. Ou seja, o fim dos convênios de suas instituições com universidades sionistas – todas elas cúmplices da coloniza-

ção, do apartheid, da limpeza étnica e do genocídio do povo palestino.

Esse processo, que teve início em abril, na Universidade de Columbia, em Nova York, nos EUA, se espalhou, segue por todo o coração do império, tendo atingido também a Europa, a Ásia, a Oceania, a América Latina, além de Canadá e México – trazendo a memória dos levantes universitários contra a Guerra do Vietnã e contra o apartheid na África do Sul.

Em várias dessas instituições, a resposta foi repressão brutal, com prisões, perseguições e criminalização dos estudantes. Em outras, foram alcançadas vitórias parciais ou totais.

O Brasil não ficou alheio a esse processo. O primeiro acampamento se deu na Universidade de São Paulo, seguido por estudantes das universidades Federal do Maranhão (UFMA) e Estadual de

Campinas (Unicamp). Em todos, a demanda comum foi a exigência do fim do genocídio em Gaza, com cessar fogo imediato, boicote acadêmico e que Lula rompa imediatamente relações com o Estado terrorista de Israel.

Palestinos em Gaza enviaram suas mensagens aos acampamentos. Em suas tendas escreveram: “Obrigado, estudantes!” e “Nós vemos e saudamos vocês.” Treze organizações estudantis de Gaza emitiram uma declaração nesse sentido.

“Enquanto permanecemos sob as bombas da ocupação, resistindo ao genocídio nazi, lamentando os nossos colegas e professores martirizados e testemunhando a destruição das nossas universidades, saudamos os exemplos de solidariedade oferecidos por estudantes que enfrentam prisão, violência policial, suspensão, despejo e expulsão”, diz a nota.

**NA ESTREITA FAIXA DE GAZA, OS BOMBARDEIOS MASSIVOS JÁ MATARAM PELO MENOS CERCA DE 45 MIL PALESTINOS, DENTRE OS QUAIS 70% SÃO MULHERES E CRIANÇAS. NA CISJORDÂNIA JÁ SÃO MAIS DE 1.500 MORTOS. A MÁSCARA DO ESTADO DE ISRAEL CAI, REVELANDO SUA CARA HORRENDA.**

## LIVRE DO RIO AO MAR

## Ampliar o exemplo da “Intifada nas universidades”

A jornalista palestina Bisan Owda, que segue cobrindo o genocídio de seu próprio povo e compõe o time de heróis palestinos da profissão, divulgou um vídeo em seu Instagram intitulado “A revolução nas universidades”, expressando o sentimento em relação aos acampamentos da juventude.

“Vivi toda a minha vida na Faixa de Gaza e nunca senti tanta esperança como agora. Pela primeira vez nas nossas vidas, como palestinos, ouvimos uma voz mais alta do que

as suas vozes [da ocupação] e o som das suas bombas”, disse.

Além disso, a jornalista fez o chamado por uma “Intifada nas universidades”. Ou seja, por um levante popular e que a juventude nunca volte atrás.

Atendendo à reivindicação do povo palestino, seguimos exigindo o fim de toda forma de cumplicidade com o genocídio. Exigimos o fim dos convênios com universidades israelenses, mas também dos acordos que possibilitam que as balas que são testadas so-

bre as cobaias humanas nas quais Israel converte os palestinos todos os dias e, depois, sejam compradas por governos estaduais, do Rio de Janeiro e São Paulo à Bahia e ao Amazonas.

Balas que, sabemos, servem ao genocídio pobre e negro e indígena. Por isso, também, exigimos que Lula rompa todas as relações econômicas, militares e diplomáticas com o Estado de Israel. Até que tenhamos uma Palestina livre, do rio ao mar.